

2. A investigação de ânforas romanas - Perspectiva Geral

Na génese da investigação da cerâmica romana, particularmente sobre ânforas, estão trabalhos que datam dos finais do século XIX, como: corpus inscriptionum latinorum de Heinrich Dressel - que baseou a sua obra na documentação de tituli picti - de Shoene (1871) ou Mau (1898). Estes são os primeiros quadros tipológicos atribuídos a cerâmicas romanas. Em Portugal, as primeiras referências datam da segunda metade do séc. XIX, de autoria desconhecida, publicadas nos “Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana”, juntamente com o primeiro relatório das escavações de Tróia, seguindo-se-lhe os contributos de Leite de Vasconcelos (1898), Estácio da Veiga (1877-78), Virgílio Correia e Abel Viana.

Após este primeiro fôlego, as ânforas foram praticamente negligenciadas, sendo bastante discreto o interesse pelas olarias romanas até meados do século XX, momento a partir do qual o crescente interesse pela arqueologia subaquática trouxe a percepção das ânforas como importante documento sobre a cultura romana.

Deve-se a Nino Lamboglia e a Benoit este pensamento. Anteriores a este momento são feitas, escassas mas úteis, propostas de revisão do quadro tipológico de Dressel. São o caso dos trabalhos de Shumachernem (1936) e uma década depois em 1946 o de Pélichet. Na década de 50 seguiram-se os trabalhos de Almagro (1955), Lamboglia (1955), Callender (1965) ou Zevi (1966). Foi nesta fase que surgiram as tipologias mistas que, seguindo a tradição histórico-culturalista, passaram a construir um quadro mais completo e detalhado das formas anfóricas. Não obstante, pode dizer-se, que foi na década de 70 que os estudos anfóricos começaram a ser produzidos de forma sistemática, começando a existir novas abordagens

tendencialmente processuais. É neste período que se propõem novas tipologias e critérios de classificação. O refinamento das técnicas de campo e laboratoriais tentam responder às novas questões, como: as características dos fabricos associando-as à forma, a evolução da tecnologia, a influência comercial (através do conhecimento da origem das matérias-primas, demonstravam-se a origem e as “viagens” de determinado recipiente pelo mundo romano), e/ou a função do recipiente. É importante referir, nesta fase, o artigo consagrado aos 5 fornos da Herdade do Pinheiro, em Alcácer do Sal, balanço de praticamente um século de observações (ALMEIDA *et al*, 1971).

Em 1986 o estudo pioneiro de Peacock e Williams (1986) veio preencher a necessidade de um “manual de referência” que unisse os dados sobre ânforas espalhados por várias publicações que, em diferentes línguas, de difícil acesso e agrupando as várias tipologias por classes, organizaria a maioria das tipologias conhecidas até então. Também em Portugal se fizeram importantes progressos, sendo que em 1988 se realizaram as primeiras Jornadas sobre ânforas romanas da Lusitânia: “Ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio” (ALARCÃO *et al*, 1990). Já na década de 90, o colóquio sobre a Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado, em 1991, marcou definitivamente uma nova era no conhecimento das ânforas romanas em Portugal, juntamente com algumas monografias sobre a Lomba do Canho (FABIÃO: 1989) ou S. Cucufate (Alarcão *et al*, 1990), a tese de mestrado de Rui Morais, sobre as ânforas de Braga (MORAIS, 1998) ou o Projecto OREST de Carlos Fabião e outros investigadores.

De incontornável importância são também estudos como o de Carlos Tavares da Silva e Françoise Mayet, sobre os fornos do Sado (1996), Pinheiro (1998) e Abul

(2002); o de Dias Diogo, sobre ânforas lusitanas e a sua tipologia (DIOGO, 1987) e os trabalhos de Y. Makaroun e Fraçoise Mayet sobre o complexo industrial de Tróia (1994).

Mais recentemente, teses de mestrado e doutoramento, bem como artigos de vários investigadores têm confirmado o interesse pelas ânforas e pelo potencial informativo das mesmas, tanto no que diz respeito às questões da economia antiga como as da simples paleotecnologia. Bons exemplos destas investigações são artigos como o de João Pimenta (2003) sobre as ânforas do Castelo de S. Jorge e do mesmo autor sobre as cerâmicas do lado ocidental do Castelo de Alcácer do Sal (2006), ou o artigo de Dias Diogo e A. Cavaleiro Paixão (2001) sobre as “Ânforas de escavações do povoado industrial romano de Tróia, Setúbal” e o de José Carlos Quaresma (2005), “Ânforas romanas provenientes da pesca de arrasto no Tejo, depositadas no Museu Municipal de Vila Franca de Xira”; o de Carlos Fabião, sobre ânforas de fabrico lusitano, as suas problemáticas e importância económica (2007), também de Carlos Fabião “Las ánforas de *Lusitania*” (2008); o estudo de Rui Almeida, sobre as ânforas de *Scallabis* (2009) e finalmente tese de Doutoramento de Catarina Viegas (2009), que embora não sobre ânforas especificamente, aborda esta questão bem como a da economia antiga no Algarve Oriental, com o título “A ocupação romana do Algarve: estudo do povoamento e economia do Algarve Central e oriental no período romano”.

É incontornável referir também os novos recursos informáticos, como é o caso do Amphora Project, projecto alojado on-line, no qual se reúnem um grande número de produções anfóricas romanas, apresentando as formas, os fabricos, a proveniência,

os desenhos e bibliografia de referência, e indiscutivelmente o CEIPAC¹ (Centro para el estudio de la interdependencia provincial en la Antigüedad Clasica), sítio de internet com inúmeras referências e artigos sobre a investigação de ânforas romanas.

Esta curta introdução sobre a investigação de ânforas romanas não pretende, de todo, ser uma listagem sistemática de todos os estudos sobre estes recipientes romanos, por um lado, porque o espaço não o permite, por outro, porque não é esse o objectivo da presente dissertação.

Atendendo às limitações naturais do projecto e à questão específica em si, optou-se por expor apenas alguns exemplos, daquilo que é um dos temas mais consistentemente investigados em arqueologia.

¹ <http://ceipac.gh.ub.es/>